

**ATA DA 294ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

- 1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES, Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel, Rua Esteves Júnior, 160 -
- 2 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.
- 3 **DATA:** 11/02/2026
- 4 **HORÁRIO:** 14:00 horas
- 5 **PRESENTES:**
- 6 **CONSELHEIROS TITULARES**
- 7 Agostinho Luiz Schiochetti (Ass. de Aposentados e da Terceira Idade)
- 8 Alciomar Antônio Marin (AHESC)
- 9 Alexandre Cunha dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)
- 10 Braz Vieira (FEHOESC)
- 11 Cyro Veiga Soncini (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)
- 12 Diogo Demarchi Silva (SES/SC)
- 13 Ernani Lange S. Thiago (Associações Prof. Área da Saúde)
- 14 Fábio Gaudenzi de Faria (SES/SC)
- 15 Fátima Regina da Silva (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)
- 16 Gilberto Antônio Scussito (Associação de Moradores)
- 17 Gisele Kraieski Knabben (Ass. Patronais Comércio e Serv., Indústria e Agricult.)
- 18 Helen Bunn Schmitt (Associações Prof. Área da Saúde)
- 19 Janaína Henrique (Conselho Regional Área da Saúde)
- 20 Manoela Vieira de Bona Schlickmann (SES/SC)
- 21 Maria Aparecida Marcelino (Organizações Regionais)
- 22 Maria Conceição dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)
- 23 Maria Izabel Giroto (Trabalhadores Urbanos)
- 24 Marino Tessari (Conselhos Reg. Área da Saúde)
- 25 Maury José da Luz Maciel (Associações Prof. Área da Saúde)
- 26 Sebastião Ferreira Nunes (Trabalhadores Urbanos)
- 27 Sendi Locks Lopes (Ass. Patronais Comércio e Serv., Indústria e Agricult.)
- 28 Sylvio da Costa Júnior (MS)
- 29 **CONSELHEIROS SUPLENTE**
- 30 **OUTROS PARTICIPANTES/CONVIDADOS/OBSERVADORES:**
- 31 Camilo WeterKemper (SINTE)
- 32 Cléia A. C. Giosole (CMC Joinville)
- 33 Jorge Gimenez (CEAP)
- 34 Sueli Terezinha Goi Barrios (Coordenadora da Comissão CIEPCSS/CNS)
- 35 Tânia Regina Krüger (UFSAC/DSS)
- 36 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

37 A Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde iniciou às 14h19min, com a presença dos
38 conselheiros acima mencionados e sob a coordenação da presidente do CES/SES-SC, Maria Izabel
39 Giroto. A presidente cumprimentou os presentes, destacando a presença do Secretário Estadual de
40 Saúde e dos representantes do Conselho Nacional de Saúde, e passou a palavra para o vice-
41 presidente, Agostinho Luiz Schiochetti. Ele informou uma alteração na Ata, no ITEM 5 – 18ª Conferência
42 Nacional de Saúde e 10ª Conferência Estadual de Saúde, incluindo o nome do conselheiro Vinícius
43 André Boff como Coordenador, e dos conselheiros Gilberto Antônio Scussito e Agostinho Luiz
44 Schiochetti como coordenadores-adjuntos, para o mandato provisório da Coordenação de Plenária do
45 Conselho Estadual de Saúde (em consonância com a Resolução CNS nº 774/2025). Em seguida, a
46 presidente verificou se todos haviam recebido a Ata da reunião Ordinária de 03 de dezembro de 2025,
47 se estavam de acordo com a alteração apresentada e a submeteu à votação, sendo aprovada por
48 unanimidade. Na sequência, passou a palavra ao Secretário de Estado da Saúde, que expressou votos
49 de um 2026 abençoado, desejando que todos alcançassem seus objetivos, especialmente os
50 relacionados à promoção da saúde e ao bem-estar, áreas em que cada conselheiro desempenha um
51 papel fundamental. Em seguida, lembrou que já foi Conselheiro e respeita a atuação dos Conselhos de
52 Saúde, especialmente quando agem de forma proativa e propositiva. Ressaltou que, embora haja
53 divergências, o objetivo de fortalecer o SUS é comum a todos, e que as diferenças de opinião não
54 devem impedir o avanço nesse sentido. Continuou, informando que acompanha as ações do Conselho
55 Estadual de Saúde e que, apesar dos desafios, o Governo e a Secretaria de Estado da Saúde estão
56 avançando e construindo uma boa relação em prol do SUS. Agradeceu ao secretário-executivo, José
57 Carlos da Cruz, e sua equipe pelo trabalho à frente da Secretaria Executiva do CES/SES-SC,
58 registrando que a VAN prometida foi entregue no segundo semestre de 2025 e que agora conta com a
59 colaboração de todos, já que o espaço físico do Conselho passará por uma reforma. Em relação à
60 saúde, destacou que o relatório detalhado da Prestação de Contas do 3º Quadrimestre/2025 será
61 apresentado na reunião de março. Salientou que a SES-SC encerrou 2025 com 16,22% do orçamento
62 estadual aplicado em saúde, um marco do governo estadual, pois o Governador Jorginho Mello
63 priorizou a saúde dos catarinenses, investindo acima do previsto em lei. Informou que o repasse de
64 mais de R\$ 7 bilhões do Tesouro do Estado, quase R\$ 2 bilhões acima do previsto, impulsionou obras
65 em mais de 70 hospitais, abrangendo unidades de administração direta (Hospital Governador Celso
66 Ramos, Hospital Infantil Joana de Gusmão e Hospital Nereu Ramos) e hospitais filantrópicos, que estão
67 sendo revitalizados e reformados. Ressaltou o empenho do Governo e da Secretaria na recuperação
68 das estruturas de saúde, evidenciando um compromisso sólido com a melhoria dos serviços.
69 Acrescentou que a Escola de Saúde Pública e o Conselho Estadual de Saúde promoverão cursos de
70 qualificação para os conselheiros, com base nas propostas da 5ª Conferência Estadual do Trabalhador
71 e da Trabalhadora. Enfatizou que o aprimoramento contínuo é essencial para fortalecer o SUS, pois o
72 conhecimento e a qualificação são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes.
73 A Presidente agradeceu ao Secretário e reforçou a parceria entre a gestão da SES-SC e o Conselho
74 Estadual de Saúde destacando que é positivo ter visões diferentes, mas que o objetivo comum é o bem-
75 estar dos usuários do SUS. "Nem a gestão é inimiga do conselho, nem o conselho é da gestão", disse,
76 enfatizando a importância de trabalhar juntos para chegar a um consenso. Expressou sua satisfação

77 com a presença do Secretário e assegurou que o CES/SES-SC está disponível para contribuir na
78 construção de políticas públicas.

79 **ITEM 1 – PARTICIPA+Formação para o Controle Social no SUS**

80 O conselheiro Gilberto Antônio Scussito destacou a importância do processo de Educação Permanente e a
81 atuação da Comissão de Educação Permanente. Relatou que a Comissão esteve reunida na manhã do dia
82 11/02/2026 para tratar de assuntos pertinentes, contando com a presença de Sueli Terezinha Goi Barrios
83 (Coordenadora da Comissão CIEPCSS/CNS) e Jorge Gimenez (CEAP), membros do Conselho Nacional de
84 Saúde. Agradeceu pela participação deles na Reunião da Comissão e na Reunião Ordinária do CES/SES-SC, e
85 pela parceria nos processos de educação, especialmente no PARTICIPA+. Enfatizou a relevância da
86 aproximação entre os Conselhos de Saúde (municipal, estadual e nacional) e passou a palavra para a
87 coordenadora da Comissão CIEPCSS/CNS, Sueli Terezinha Goi Barrios. A Coordenadora Sueli cumprimentou
88 os presentes e destacou a importância da Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle
89 Social do SUS (CIEPCSS) no fortalecimento da participação popular e controle social no SUS. Ressaltou que a
90 CIEPCSS é um órgão do CNS que assessora no fortalecimento da participação popular, promovendo formação
91 e educação para o controle social no SUS. Suas principais funções incluem implementação da PNEPCSS,
92 formação de conselheiros e lideranças, articulação de redes e diálogo, garantia da participação popular e o
93 projeto PARTICIPA+ de educação popular. Reforçou a importância de termos conselhos de saúde fortes, bem
94 estruturados, pois são espaços de poder, de interesses, de trocas e acima de tudo de fortalecimento da
95 participação social. A Coordenadora parabenizou o Secretário de Estado da Saúde pelos investimentos na
96 saúde, destacando que Santa Catarina apresentou um diferencial ao investir acima do percentual constitucional
97 mínimo. Defendeu a ampliação e melhoria da saúde pública. Sugeriu aumentar os membros da Comissão de
98 Educação Permanente, pois há muitas ações e é necessário fortalecer a Comissão para definir, acompanhar,
99 monitorar e cobrar políticas públicas. Por fim, destacou que Santa Catarina sempre foi parceira, participando das
100 diversas edições do PARTICIPA+, e que a 6ª edição já conta com a presença dos conselheiros catarinenses.
101 Encerrou afirmando: "Estamos juntos para defender o SUS nesse espaço de democracia". A Presidente do
102 CES/SES-SC agradeceu a explanação, contribuição e disponibilidade de trocas à representante do Conselho
103 Nacional de Saúde e passou a palavra ao Secretário da SES/SC. O Secretário Diogo Demarchi Silva reiterou
104 sua disposição para ouvir e responder às questões dos conselheiros de saúde. Além disso, destacou que a
105 SES-SC, em parceria com órgãos federais, trabalha no fortalecimento de políticas públicas para os mais de 21
106 mil indígenas do estado, garantindo saúde integral e diferenciada, respeitando as culturas Guarani, Kaingang e
107 Xokleng. Nesse contexto, solicitou o apoio do Conselho Nacional de Saúde, nesta reunião representado pela
108 Coordenadora da Comissão CIEPCSS/CNS, Sueli Terezinha Goi Barrios, para manter a colaboração entre as
109 esferas de governo e rever a política da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), órgão federal responsável por
110 coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. O objetivo é assegurar que
111 cada ente federado atue conforme sua competência, garantindo atendimento via SUS com foco na atenção
112 primária em áreas remotas ou de difícil acesso, e promovendo um cuidado mais eficaz e culturalmente
113 adequado. O conselheiro Braz Vieira, com 30 anos de experiência no Conselho, enfatizou que a separação e as
114 ameaças eram características de uma época passada, quando as pessoas traziam mais problemas do que
115 soluções. Ele viu a falta de respeito de alguns conselheiros com o presidente, cargo ocupado, na época, pelo
116 próprio Secretário de Estado da Saúde, o que contribuía para a atmosfera tensa. Havia momentos de tensão em
117 que se questionava o valor de fazer parte, pois enquanto os conselheiros se acusavam, quem realmente

118 precisava do Conselho não estava sendo ajudado. No entanto, hoje, pontuou, a situação é diferente. Por
119 exemplo, quando a Comissão de Finanças se reúne para avaliar relatórios, eles registram divergências ou
120 questionam o não cumprimento de metas sem acusar ou julgar, pois sabem que não são contadores ou
121 auditores. Quando os conselheiros mudaram a abordagem e passaram a considerar o Conselho como algo
122 próprio, a relação entre os membros evoluiu para uma parceria mais próxima, respeitosa e autônoma, sem
123 subserviência. Hoje, ele se sente orgulhoso de integrar esse processo, pontuou. O conselheiro Alexandre Cunha
124 dos Santos reafirmou as palavras do conselheiro Braz e destacou como um diferencial do CES/SES-SC a
125 parceria com o corpo técnico da Secretaria, que sempre está disponível dando suporte nos esclarecimentos em
126 relação às dúvidas dos conselheiros. Inclusive, o conhecimento que têm hoje acerca do Plano Estadual de
127 Saúde (PES), Programação Anual de Saúde (PAS), Relatório Anual de Gestão (RAG) e Relatórios
128 Quadrimestrais é advindo das aulas, explicações e tiradas de dúvidas que a Diretoria de Regionalização e
129 Planejamento da SES-SC, especialmente a Gerência de Planejamento em Saúde (GPLAN), proporcionou. O
130 conselheiro Alciomar Antonio Marin salientou que é membro do Conselho Nacional de Saúde, representando os
131 Hospitais de Santa Catarina - AHESC e a Federação de Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado de Santa
132 Catarina – FHESC, e como Conselheiro do CES-SES-SC também os representa, colocando-se à disposição
133 para apresentar ao Conselho Nacional de Saúde pautas de interesse do Conselho Estadual de Saúde, quando
134 assim o desejarem. O conselheiro Sebastião Ferreira Nunes registrou sua insatisfação quanto às faltas
135 constantes do representante do Ministério da Saúde nas reuniões ordinárias do CES/SES-SC e pediu que
136 fossem tomadas providências nesse sentido. Jorge Gimenez, do Centro de Educação e Assessoramento
137 Popular (CEAP), destacou a importância das oficinas do Projeto Participa+ para o Controle Social no Sistema
138 Único de Saúde (SUS). Ele pontuou que em 2025 foram realizadas oficinas no estado catarinense com
139 participação expressiva dos representantes dos diversos segmentos, como usuários, trabalhadores de saúde,
140 gestores do SUS e prestadores de serviços de saúde, e agradeceu o envolvimento dos catarinenses. Para 2026,
141 o Participa+ prevê 110 oficinas de formação em todo o país, além de 100 rodas de conversa virtuais sobre temas
142 variados, e ele conta com o mesmo apoio do povo catarinense para a realização das 5 oficinas presenciais
143 previstas para o estado, fortalecendo, assim, o Controle Social. A presidente Maria Izabel Giroto agradeceu
144 mais uma vez aos representantes do Conselho Nacional de Saúde e pontuou que, com essas parcerias,
145 fortalecemos o Controle Social. Em seguida, mencionou e agradeceu a presença da professora Tânia Regina
146 Krüger, integrante da Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social do SUS
147 (CIEPCSS), no âmbito do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e uma referência no Controle Social, pedindo
148 uma salva de palmas para homenageá-la.

149 **ITEM 2 – SUVS - Ofício Nº 133/2025/SES/DIVS/GAB - Informa sobre o andamento do processo de**
150 **pactuação dos Planos Municipais de Ações em Vigilância Sanitária 2026/2029**

151 O diretor da Vigilância Sanitária, Eduardo Marques Macário, agradeceu o espaço de fala e informou que estão
152 em processo de discussão da pactuação de vigilância sanitária em Santa Catarina (Pactuação de Planos
153 Municipais de Ações de Vigilância Sanitária (PMAVISA) 2026-2029). Destacou que a vigilância em saúde é um
154 componente fundamental, mas muitas vezes invisível, embora impacte diretamente a vida de todos, como ao
155 consumir água, alimentos em restaurantes ou utilizar serviços de saúde. Além disso, a vigilância sanitária atua de
156 forma silenciosa, beneficiando toda a população, independentemente de ser usuária do SUS ou não. Em
157 seguida, ele apresentou um panorama da vigilância sanitária, destacando que foi apenas em 2010 que os

158 municípios reconheceram a importância de ações nessa área. Posteriormente, fez um histórico da
159 descentralização da vigilância, enfatizando a renovação da pactuação e o sistema de apoio aos municípios.
160 Ressaltou que a pactuação das ações da Vigilância Sanitária é constante e visa promover e proteger a saúde da
161 população por meio de ações de educação, regulação, fiscalização e monitoramento, abrangendo áreas como
162 meio ambiente, produtos de consumo, serviços de saúde e pós-comércio. Nesse contexto, mobiliza a população
163 a aderir às práticas sanitárias, promovendo mudanças de comportamento e consciência sanitária. Para garantir o
164 funcionamento eficaz do serviço, é necessário planejar, e com esse objetivo, apresentou um cronograma de
165 ações. Nesse sentido, solicitou o apoio dos conselheiros, destacando a importância de cobrar das gestões
166 municipais a implementação das ações necessárias para o sucesso da vigilância sanitária, assegurando a
167 proteção da saúde da população. O conselheiro Gilberto Antônio Scussito sugeriu que o Conselho Estadual de
168 Saúde, em parceria com a Vigilância em Saúde, elabore um documento para envio aos Conselhos Municipais de
169 Saúde, reforçando a solicitação do diretor Macário. O conselheiro Sebastião Ferreira Nunes agradeceu a
170 apresentação clara, que possibilita conhecimento de como a pactuação é feita, e se orgulhou em fazer parte da
171 equipe da Vigilância em Saúde do estado. O conselheiro Alexandre Cunha dos Santos parabenizou a
172 apresentação e pediu que a Comissão de Vigilância em Saúde retorne suas ações, devido à grande
173 necessidade de discutir temas como segurança do consumidor, combate a produtos falsificados e novas
174 regulamentações. A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e os órgãos municipais têm focado em
175 fiscalizações rigorosas, especialmente em produtos de saúde, alimentos e cosméticos, e a medicação falsificada
176 tem gerado muitas discussões e preocupações. Sugere que seja pensada a realização de uma Conferência em
177 Vigilância Sanitária, o que acredita ser muito pertinente. A conselheira Helen Bunn Schmitt parabenizou o diretor
178 Macário pelos dados apresentados e destacou as dificuldades enfrentadas por municípios pequenos na
179 implementação da pactuação em vigilância sanitária. Reforçou a fala do Secretário de Estado da Saúde, que
180 destacou que a população está envelhecendo, e enfatizou a necessidade de atenção às instituições de idosos,
181 alvo de muitas denúncias. Ressaltou que as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) são
182 classificadas como assistência social com componentes de saúde, e não como estabelecimentos de saúde, o
183 que dificulta o acesso a profissionais de enfermagem qualificados. Expressou preocupação com a recepção de
184 estagiários de enfermagem nesses estabelecimentos, questionando a inserção dessa mão de obra no mercado
185 de trabalho e os impactos na qualidade do atendimento. O conselheiro Fábio Gaudenzi de Faria agradeceu as
186 colocações e reforçou a sugestão de enviar um ofício aos Conselhos Municipais de Saúde, destacando a
187 importância do apoio do Conselho Estadual de Saúde para reforçar a Pactuação de Planos Municipais de Ações
188 de Vigilância Sanitária (PMAVISA) 2026-2029. Frisou que a Superintendência de Vigilância em Saúde está à
189 disposição dos municípios para prestar esclarecimentos e apoio técnico após o envio do ofício, reafirmando o
190 compromisso do Estado em apoiar a implementação das ações de vigilância sanitária, conforme previsto na
191 pactuação municipal. O diretor Eduardo Marques Macário agradeceu o espaço de fala e a parceria do Conselho
192 Estadual de Saúde, destacando a importância de disseminar a ideia e magnitude da ação para os cidadãos.
193 Apoiou a ideia de um webinar e se colocou à disposição para sua realização.

194 **ITEM 3 – 18ª Conferência Nacional de Saúde e 10ª Conferência Estadual de Saúde**

195 O conselheiro Gilberto Antônio Scussito relatou que foi entregue ofício a representante do Conselho
196 Nacional de Saúde, Sueli Terezinha Goi Barrios informando a realização e a importância das
197 Conferências Macrorregionais de Saúde, etapa preparatória para a 10ª Conferência Estadual de Saúde
198 de Santa Catarina. Mencionou também que os prazos para a realização das conferências municipais

foram alterados devido ao período eleitoral, ficando de 16 de março a 4 de julho. Falou que estão aguardando a publicação do Regimento da 18ª Conferência Nacional de Saúde para que seja elaborado o Regimento da 10ª Conferência Estadual de Saúde, documento fundamental para orientação e organização dos processos da conferência. E por fim, convidou a todos os interessados a participar da comissão organizadora. A Presidente Maria Izabel Giroto indicou, como Mesa Diretora, o secretário- executivo José Carlos da Cruz para ser o Coordenador da Relatoria. O conselheiro Sebastião Ferreira Nunes trouxe a questão do município de Joinville, que pode não cumprir o prazo estabelecido, questionando as implicações de tal postura, uma vez que pode impactar os prazos de outras etapas. Ofereceu-se para integrar a comissão organizadora da 10ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina. Além disso, solicitou a revisão da participação do seu titular junto ao Conselho Estadual de Saúde, visto que o titular não tem comparecido às reuniões, enquanto ele, como suplente, tem participado assiduamente, pedindo a regularização dessa situação. O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos registrou que também já havia colocado seu nome para fazer parte da Comissão Organizadora. O secretário-executivo José Carlos da Cruz lembrou que para existe a obrigatoriedade da realização das conferências municipais. A presidente do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, Cléia A. C. Giosole, esclareceu que os dias 14 e 15 de agosto já haviam sido agendados para a conferência municipal, tendo em vista a necessidade de realização prévia do processo licitatório. Em decorrência da alteração de data promovida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), foi encaminhado um expediente ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) indagando sobre possíveis impedimentos para a realização da conferência municipal na data anteriormente especificada. Após a resposta do TRE, será preparado um novo expediente ao Conselho Estadual de Saúde (CES/SES-SC) para obter sua anuência. A presidente informou que o local para a conferência já está definido, sem ônus, com previsão de participação de aproximadamente 520 pessoas. O Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Joinville manifestou disponibilidade para integrar a comissão organizadora da 10ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina.

RELATO DAS COMISSÕES

O Conselheiro Sebastião Ferreira Nunes relatou que a Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) se reuniu em 10 de fevereiro de 2026 e definiu sua nova composição, com Vinícius André Boff como coordenador e Sebastião Nunes como adjunto. A Comissão também estabeleceu reuniões bimestrais, sempre às 14h, na terça-feira anterior à reunião do Conselho Estadual de Saúde, presencialmente. Em sua fala, destacou que o CEREST Estadual apresentou prestação de contas e plano de ações para 2026, incluindo qualificação de trabalhadores e implementação de CERESTs na região de Concórdia e Mafra. Destacou a importância crucial do apoio da Presidente Maria Izabel, do Vice-presidente Augustinho e do Conselheiro Gilberto, residentes próximos a Concórdia/SC, para estabelecerem um diálogo com o Secretário Municipal de Saúde e o Prefeito, com o objetivo de conscientizá-los sobre a importância de implantar um CEREST municipal na região. Outro ponto tratado em reunião, segundo o Conselheiro Sebastião, foi Qualificação para o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina em parceria com a Diretoria de Vigilância Sanitária/GESAT.

INFORMES

O conselheiro Cyro Veiga Soncini informou sobre o novo representante dos Sindicatos Profissionais da Área da Saúde junto ao Conselho Estadual de Saúde, Vânio Cardoso Lisboa, atual Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina (SIMESC). A presidente Maria Izabel Giroto

240 agradeceu ao conselheiro Cyro Veiga Soncini por sua expressiva e relevante participação como
241 conselheiro e, em seguida, submeteu à apreciação do Pleno a proposta de criação de uma
242 RECOMENDAÇÃO pelo CES/SES-SC para os Conselhos Municipais de Saúde, visando à instituição de
243 Comissões de Saúde Bucal nos municípios. A proposta foi colocada em votação e aprovada por
244 unanimidade. O vice-presidente Agostinho Luiz Schiochetti reforçou os agradecimentos ao conselheiro
245 Cyro Veiga Soncini e solicitou uma salva de palmas em sua homenagem. Em seguida, deu boas-vindas
246 ao novo conselheiro Vânio Cardoso Lisboa. O conselheiro Alexandre Cunha dos Santos solicitou uma
247 Moção de Aplauso ao conselheiro Cyro Veiga Soncini, pela sua destacada participação junto ao CES-
248 SES-SC, a qual foi aprovada por unanimidade. O secretário-executivo, José Carlos da Cruz, expressou
249 seus sinceros agradecimentos ao conselheiro Cyro Veiga Soncini, destacando sua admiração pela
250 postura e participação do conselheiro, e o convidou a participar das reuniões sempre que possível e/ou
251 tiver uma pauta de seu interesse. Nada mais havendo a tratar, a presidente do CES/SES-SC, Maria
252 Izabel Giroto, encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos. A presente ata foi lavrada pelo
253 secretário-executivo, José Carlos da Cruz, do Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina
254 (CES/SES-SC).

255

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2026.